

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 365/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP-SME

Nº 90544/2024

VALIDADE: ____/03/2025 a ____/03/2026

Aos dias ____ do mês de março do ano de 2025, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Educação, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 27.715/2007, 31.349/2009, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022**, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – SME Nº 90544/2024, realizado por meio do processo administrativo nº SME-PRO-2023/57028, homologado em 14/03/2025 e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 25/03/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a aquisição de **UTENSÍLIOS DE COZINHA** enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7330, 7240, 7350, 5345, 7310, 5110, 7340, 6640, 7280, 7360, 7920, e 7320, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, consoante o disposto no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – SME Nº 90544/2024** e/ou no Termo de Referência.

ITENS DESCRITOS NO ANEXO I DA PRESENTE ATA
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Coordenadorias Regionais de Educação
Valor Global da Ata: R\$ 10.161.292,45 (Dez milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos.)
COMERCIAL MABRUK LTDA CNPJ: 74.659.186/0001-21
Representante Legal: Paulo Sergio Bussi
CPF: 047.467.118-60 RG: 8.273.061
ENDEREÇO: Rua Alberto Nepomuceno, 68 BAIRRO: Vila Dom Pedro I - São Paulo - SP CEP: 04277-010 TEL: (11) 2064 9377 (11) 2591 3038 E-mail: mabrukcomercial@uol.com.br

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, *podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso*, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterà, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Segundo – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Secretaria Municipal de Educação esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Quarto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a

qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I e IV), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da assinante da Ata de Registro de Preços em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo segundo – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” corresponderá a 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo Terceiro – É de competência do gerenciador da Ata de Registro de Preços a aplicação das sanções previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula,

que somente serão impostas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quinto – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Sétimo – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios

apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de

bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP –SME Nº 90544/2024 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, ____ de março de 2025.

Vivian Oliveira Saba
Pregoeira - E/SUBG/CL
11/273.164-4

Bettina Maria Cantuária Libonati
Subsecretária de Gestão - E/SUBG
70/323140-4

Paulo Sergio Bussi
Representante Legal da Empresa Beneficiária

Paulo Ricardo Pinto Miranda
Testemunha
E/SUBG/CL
Matrícula: 10/300.226-8

Helena Ferreira da Silva
Testemunha
E/SUBG/CL
Matrícula: 10/222.461-6

ANEXO I

UNIDADE GESTORA	LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO HOMOLOGADO	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
E/CTO	5	129	73500404084	Bandeja, Plástico 40X29X1,5cm	PLEION	UN	312579	R\$ 14,70	R\$ 4.594.911,30
E/CTO		130	73500401735	Bandeja, Polipropileno 46x32x7cm Com 12 A 13L	PLEION	UN	816	R\$ 25,28	R\$ 20.628,48
E/CTO		131	66401514415	Frasco Plástico 140ml	MAIFREDO	UN	1876	R\$ 1,45	R\$ 2.720,20
E/CTO		132	73300202666	Garrafa Plástica 3,5 L	JAGUAR	UN	9024	R\$ 16,48	R\$ 148.715,52
E/CTO		133	73500404327	Jarra 2 L	RAINHA	UN	4527	R\$ 6,86	R\$ 31.055,22
E/CTO		134	73500401905	Jarra Graduada 1 L	ERCA	UN	1646	R\$ 3,60	R\$ 5.925,60
E/CTO		135	72800001351	Mamadeira 250ml	CAJOVIL	UN	2814	R\$ 17,33	R\$ 48.766,62
E/CTO		136	72800001432	Mamadeira 120 MI	CAJOVIL	UN	2814	R\$ 14,16	R\$ 39.846,24
E/CTO		137	73300504590	Peneira 16cm	KEHOME	UN	1660	R\$ 10,86	R\$ 18.027,60
E/CTO		138	73500403606	Tigela 1,5l	ERCA	UN	1646	R\$ 7,90	R\$ 13.003,40
E/CTO		139	73500403789	Tigela 3l	ERCA	UN	1010	R\$ 16,34	R\$ 16.503,40
E/CTO		140	73500404670	Tigelinha, Sobremesa 200ml	ERCA	UN	432327	R\$ 1,47	R\$ 635.520,69
E/CTO		141	73300702120	Caixa Retangular Polipropileno 1l	PLASUTIL	UN	7096	R\$ 14,55	R\$ 103.246,80
E/CTO		142	73300701743	Caixa Retangular Polipropileno 1,5 L	PLASUTIL	UN	4665	R\$ 16,72	R\$ 77.998,80
E/CTO		143	73300701824	Caixa Retangular Polipropileno 3,5 L	PLASUTIL	UN	3291	R\$ 23,01	R\$ 75.725,91
E/CTO		144	73300701905	Caixa Retangular Polipropileno 5 L	PLASUTIL	UN	9649	R\$ 43,02	R\$ 415.099,98
E/CTO		145	73300702049	Caixa Retangular Polipropileno 9 L	PLASUTIL	UN	20070	R\$ 43,85	R\$ 880.069,50

E/CTO		146	73600001402	Organizador 8-9 L	PLASUTIL	UN	4893	R\$ 46,00	R\$ 225.078,00
E/CTO		147	73600001828	Organizador 2,3 L	ERCA	UN	1660	R\$ 24,87	R\$ 41.284,20
E/CTO		148	73600002395	Organizador 4 L	ERCA	UN	5795	R\$ 35,85	R\$ 207.750,75
E/CTO		149	73600002557	Organizador 13 L	PLASUTIL	UN	1646	R\$ 54,38	R\$ 89.509,48
E/CTO		150	73600002123	Organizador 25 A 29 L	SANREMO	UN	7556	R\$ 76,83	R\$ 580.527,48
E/CTO		151	73600002476	Organizador 42 L	SANREMO	UN	6426	R\$ 131,56	R\$ 845.404,56
E/CTO		152	79200013321	Escova Para Higienização De Mamadeira	CAJOVIL	UN	1660	R\$ 17,02	R\$ 28.253,20
E/CTO	6	153	73500404084	BANDEJA, PLÁSTICO 40X29X1,5cm	PLEION	UN	34731	R\$ 14,70	R\$ 510.545,70
E/CTO		154	73500401735	BANDEJA, POLIPROPILENO 46x32x7cm Com 12 A 13L	PLEION	UN	90	R\$ 25,28	R\$ 2.275,20
E/CTO		155	66401514415	FRASCO PLÁSTICO 140ml	MAIFREDO	UN	208	R\$ 1,45	R\$ 301,60
E/CTO		156	73300202666	Garrafa Plástica 3,5 L	JAGUAR	UN	1002	R\$ 16,48	R\$ 16.512,96
E/CTO		157	73500404327	Jarra 2 L	RAINHA	UN	502	R\$ 6,86	R\$ 3.443,72
E/CTO		158	73500401905	Jarra Graduada 1 L	ERCA	UN	182	R\$ 3,60	R\$ 655,20
E/CTO		159	72800001351	Mamadeira 250ml	CAJOVIL	UN	312	R\$ 17,33	R\$ 5.406,96
E/CTO		160	72800001432	Mamadeira 120 MI	CAJOVIL	UN	312	R\$ 14,16	R\$ 4.417,92
E/CTO		161	73300504590	Peneira 16cm	KEHOME	UN	184	R\$ 10,86	R\$ 1.998,24
E/CTO		162	73500403606	Tigela 1,5l	ERCA	UN	182	R\$ 7,90	R\$ 1.437,80
E/CTO		163	73500403789	Tigela 3l	ERCA	UN	112	R\$ 16,34	R\$ 1.830,08
E/CTO		164	73500404670	Tigelinha, Sobremesa 200ml	ERCA	UN	48036	R\$ 1,47	R\$ 70.612,92
E/CTO		165	73300702120	Caixa Retangular Polipropileno 1l	PLASUTIL	UN	788	R\$ 14,55	R\$ 11.465,40
E/CTO		166	73300701743	Caixa Retangular Polipropileno 1,5 L	PLASUTIL	UN	518	R\$ 16,72	R\$ 8.660,96

E/CTO		167	73300701824	Caixa Retangular Polipropileno 3,5 L	PLASUTIL	UN	365	R\$ 23,01	R\$ 8.398,65
E/CTO		168	73300701905	Caixa Retangular Polipropileno 5 L	PLASUTIL	UN	1072	R\$ 43,02	R\$ 46.117,44
E/CTO		169	73300702049	Caixa Retangular Polipropileno 9 L	PLASUTIL	UN	2229	R\$ 43,85	R\$ 97.741,65
E/CTO		170	73600001402	Organizador 8-9 L	PLASUTIL	UN	543	R\$ 46,00	R\$ 24.978,00
E/CTO		171	73600001828	Organizador 2,3 L	ERCA	UN	184	R\$ 24,87	R\$ 4.576,08
E/CTO		172	73600002395	Organizador 4 L	ERCA	UN	643	R\$ 35,85	R\$ 23.051,55
E/CTO		173	73600002557	Organizador 13 L	PLASUTIL	UN	182	R\$ 54,38	R\$ 9.897,16
E/CTO		174	73600002123	Organizador 25 A 29 L	SANREMO	UN	839	R\$ 76,83	R\$ 64.460,37
E/CTO		175	73600002476	Organizador 42 L	SANREMO	UN	713	R\$ 131,56	R\$ 93.802,28
E/CTO		176	79200013321	Escova Para Higienização De Mamadeira	CAJOVIL	UN	184	R\$ 17,02	R\$ 3.131,68
	VALOR GLOBAL								R\$ 10.161.292,45